



O SENTIDO PÚBLICO DO ESPAÇO URBANO: NOTAS PRELIMINARES A UM DEBATE

Saulo Vinicius Souza Barbosa¹

RESUMO

Os estudos sobre o espaço urbano e o espaço público, embora se relacionem, não se identificam. Os primeiros se referem aos usos e apropriações do espaço da cidade e ao seu caráter fragmentado na contemporaneidade. Os outros tratam das possibilidades políticas desse espaço urbano e das formas de convivência das diferenças da cidade – ou da falta delas. Nesse trabalho, busco – com a ajuda de autores que me servirão de lastro teórico – distinguir esses conceitos. Inicio apresentando a tese da morte espaço público nas sociedades modernas tal qual formulada por Richard Sennet, em *O declínio do homem público* (1971). Em seguida, contraponho a essa tese as abordagens de dois autores clássicos na sociologia urbana. Refiro-me, aqui, as ideias de Georg Simmel e Louis Wirth sobre a vida social nas cidades modernas que, a meu ver, servem como um contraponto as teses Sennet. Finalmente, diferencio, com base nas discussões da sociologia urbana recente, o espaço público e o espaço urbano quanto a seus sentidos e suas condições de possibilidade. Em relação ao último, discuto o sentido de seu caráter fragmentário. Sobre o primeiro, trato das mudanças em sua configuração e suas novas condições de possibilidade.

Palavras-chave: Espaço público; Espaço urbano; Sociologia Urbana.

¹ Mestrando em Sociologia (PPGS/UFS), membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (LABEURC/UFS). E-mail: saulo.vinicius93@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o espaço urbano e o espaço público, embora se relacionem, não se identificam. O primeiro se refere aos usos e apropriações do espaço da cidade e ao seu caráter fragmentado na contemporaneidade. O outro trata das possibilidades políticas desse espaço urbano e das formas de convivência das diferenças da cidade – ou da falta delas.

Por isso, em uma discussão sobre o caráter público da vida nas cidades contemporâneas, é útil distinguir, como fez Leite (2007; 2008), duas categorias que permeiam esse debate: espaço público e espaço urbano. Com frequência, essas noções são tomadas uma pela outra, criando-se, assim, uma “falsa sinonímia” (Leite, 2008, p. 35). Tal distinção se mostrará útil, sobretudo, quando discutirmos mais adiante a vida pública nas sociedades modernas e seu tão anunciado declínio.

Nesse texto, busco – com a ajuda de autores que me servirão de lastro teórico – distinguir esses conceitos. Inicio apresentando a tese da morte do espaço público nas sociedades modernas. Em seguida, contraponho a essa tese a abordagem de dois autores clássicos da sociologia urbana. Finalmente, abordo o espaço público e os espaços urbanos quanto a seus sentidos e suas condições de possibilidade.

1. O ESPAÇO PÚBLICO E SEU DECLÍNIO

Devido a ênfase dada a sua morte, as discussões acerca do espaço público na modernidade foram descritas como uma *literature of loss* (Killian apud Leite, 2008). Dentre tantos trabalhos sobre o tema, é certamente o de Richard Sennet o que mais se destaca, sobretudo por sua primazia. Por isso, o consideraremos aqui como representativo dessa abordagem.

Em *O declínio do homem público*, Sennet (1988, p.15) defende que, semelhante à Roma pós-augustiniana (a partir de 14 d.C.), as sociedades modernas são caracterizadas pelo colapso da vida pública. Esse declínio, conforme o autor, caracteriza-se por um afastamento dos indivíduos da vida pública, que passa a ser tratada “como uma questão de obrigação formal”, em direção aos domínios da privacidade.

Contudo, Sennet (Ibid., p. 15-16) aponta uma diferença fundamental entre a situação romana e a moderna: o significado da privacidade. Na decadente Roma da antiguidade tardia, o cidadão buscou se refugiar em um novo compromisso privado e místico que se voltava para a transcendência religiosa do mundo e para longe das formalidades da res publica. A princípio praticado no segredo na esfera privada da vida, o romano transmutou esse novo compromisso – sobretudo, o cristianismo – em “novo princípio da ordem pública”.

De outro modo, as sociedades ocidentais modernas, conforme Sennet (Ibid, p. 18), “estão mudando a partir de algo semelhante a um estado voltado para o outro para um tipo voltado para a interioridade”. Assim, o que o homem moderno busca em sua fuga da vida pública, no entender do autor, não é exatamente um novo princípio, mas “uma reflexão (...) [sobre] o que é autentico em nossos sentimentos” (Ibid., p. 16), nossa intimidade. O Eu se tornou o centro da vida moderna.

Sennet (Ibid., p. 26) toma o caso de alguns edifícios construídos segundos os padrões arquitetônicos da Escola Internacional para mostrar como esse processo afeta o próprio espaço da cidade. Nesses edifícios, os espaços destinados a convivência pública perdem essa característica – “que é mesclar pessoas e diversificar atividades”¹. Existem apenas formalmente e destinam-se mais a passagem do que a permanência.

Historicamente, a queda do domínio público, em sua expressão espacial, remonta ao período do pós-guerra. Todavia, Sennet defende que crescimento desmedido da vida pessoal e o esvaziamento do domínio público remontam a queda do Antigo Regime, no final do século XVIII, e a formação de uma cultura urbana, secular e capitalista (Ibid.).

Neste ponto, convém indicar o que este autor entende por domínio público e privado. O primeiro consiste naqueles “vínculos entre pessoas que não estão ligadas por laços de família ou por associação íntima”, mas por associações impessoais que formam uma sociedade organizada. Por outro lado, o domínio privado se refere aos assuntos e vínculos baseados na pessoalidade e na intimidade (Ibid., p. 15).

Qual é, então, o resultado dessa hipertrofia da intimidade? Sennet afirma ela ocasiona uma “uma confusão entre vida pública e vida íntima: as pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal” (Ibid. p. 18-

19). Nesse sentido, a sociedade contemporânea se depara com um problema ambíguo: por um lado, “o comportamento e as soluções individuais”, leia-se, a vida pública, “não suscitam [aos indivíduos] muita paixão”. Por outro lado, essa vida pública pode suscitar paixão quando são tratadas – para Sennet, falseadamente – “como se fossem questões de personalidade”.

Assim, com o alargamento dessa “mensuração generalizada da realidade social em termo psicológicos”, a sociedade torna-se “despojada de sua civilidade”. Civilidade é, aqui, a “atividade que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras”. Também o indivíduo é afetado por esse afastamento de uma vida pública impessoal: ele é “despojado da expressão de certos poderes criativos que todos os seres humanos possuem potencialmente (...) mas que requerem um ambiente à distância do eu para sua realização. Assim sendo, a sociedade intimista faz do indivíduo um ator privado de sua arte” (Ibid., p. 323). Isto é, uma vez que – conforme Sennet – há uma analogia entre a vida pública e o teatro, e esta analogia consiste na representação de papéis diante de uma plateia, uma sociedade intimista é uma sociedade incapaz de representar, pois representar consiste, exatamente, em ocultar o eu “verdadeiro” para interpretar um papel em público.

Com o espaço público morto, vivemos no que Sennet chama de tirania da intimidade. A tirania ocorre quando toda a vida em sociedade se submete a um único princípio comum ou a uma pessoa soberana. Essa submissão não se dá exclusivamente pela via da coerção pela força; pode surgir, de igual modo, através da sedução. Dessa forma, os indivíduos desejam ser governados “por uma autoridade única que se coloque acima delas todas”. Uma crença pode, assim, “servir como padrão único para enfrentar a realidade”. A intimidade, portanto, é uma tirania dessa espécie (Ibid., 412).

Sennet (Ibid., 412) define intimidade “como uma crença num padrão de verdade para se medir as complexidades da realidade social” e de enfrenta-la em termos psicológicos. Essa forma de localizar a experiência humana torna dominante “aquilo que está próximo às circunstâncias imediatas da vida”. Na medida que tal tirania logra sucesso, a sociedade, nesta visão, se deforma.

Quais setores da vida social são, hoje em dia, tiranizados pela intimidade? Sennet aponta dois: o poder e as cidades.

No âmbito do poder, embora o compreendamos em termos de “interesses nacionais e internacionais”, luta de classes, etc., nós não agimos, politicamente, de acordo com isso, mas

na medida em que essa cultura de personalidade controla a crença, elegemos candidatos que são críveis, que têm integridade, e que demonstram autocontrole. Essas personalidades ‘apelam”, dizemos nós, para uma vasta gama de interesses (Ibid., 413).

Isso, segundo Sennet, enfraquece a própria política de classe e faz ruir a própria ideia de classe, sobretudo “entre as classes novas que se formam durante nosso século”. Em suma, a tirania da intimidade põe em cheque a possibilidade de e organização ação política.

Em suma, a crença nas relações humanas diretas em escala intimista nos seduz e nos desvia da conversão de nossa compreensão das realidades do poder em guias para nosso próprio comportamento político. O resultado disso é que as forças de dominação ou a iniquidade permanecem inatacadas (Ibid., 413, grifo meu).

No âmbito da vida na cidade, a tirania da intimidade “distorceu nosso entendimento a respeito dos propósitos da cidade”. A cidade é, para Sennet, “o instrumento da vida impessoal, o molde em que diversidade e complexidade de pessoas, interesses e gostos tornam-se disponíveis enquanto experiência social. O medo da impessoalidade está quebrando esse molde” (Ibid., p. 414).

Sennet (Ibid., p. 414) entende que a possibilidade de uma existência civilizada, na qual “as pessoas se sentem à vontade diante de uma diversidade de experiências”, é solapada pela aversão das relações impessoais em detrimento do “contato intimista”. Essa expansão da esfera íntima é, portanto, para o autor, “a marca de uma sociedade incivilizada”. Ao contrário do que ocorre hoje, “a cidade deveria ser mestra nesse modo de agir, o fórum no qual se toma significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas”.

2. SENNET E A SOCIOLOGIA URBANA CLÁSSICA

Nesta seção, tentarei pôr em diálogo com a tese da morte do espaço público as ideias sobre a vida nas cidades modernas. Esse diálogo se justifica, pois, a tese

de Sennet tem como consequência, como vimos, uma concepção da organização social do espaço e da vida nas cidades modernas, o que o coloca no campo sociológico da cidade. Georg Simmel e Louis Wirth serão, aqui, minhas referências de uma sociologia urbana clássica.

Por um lado, percebe-se como Sennet nada a favor da corrente dos primeiros sociólogos da cidade ao apontar, como uma das principais características da urbe moderna, o processo de atomização dos indivíduos. Essa tese – do afastamento dos indivíduos do convívio em sociedade – já é defendida por Simmel (2005 [1903]) e Wirth (2001 [1938]). Há, entretanto, uma discordância entre Sennet e esses dois autores: para estes últimos, este processo de isolamento individual é marcado por um crescimento da impessoalidade das relações, enquanto que para Sennet esse distanciamento da vida pública é marcado, como vimos, pela hipertrofia da esfera da intimidade.

Nesse sentido, Simmel (2005, p. 582), no clássico ensaio *As grandes cidades e a vida do espírito*, notou que as relações entre as pessoas das grandes cidades eram marcadas por uma atitude de reserva. Essa atitude leva o indivíduo metropolitano a se movimentar pela cidade com distância e indiferença em relação as outras pessoas e a vida social, mesmo nos seus círculos mais imediatos, como sua vizinhança ou seu bairro – com o que Sennet, julgo, concordaria.

Argumenta o sociólogo alemão que o homem citadino desenvolve esta conduta social como autodefesa a superexposição aos incessantes contatos públicos decorrentes da alta concentração populacional metropolitana. Do contrário, se reagisse ativamente a cada encontro, como ocorre nas pequenas comunidades, o indivíduo cairia, no entender de Simmel, numa completa atomização interior e num deplorável estado mental. Contudo, Simmel crê que essa reserva exterior está, em seu lado interior, para além da indiferença: trata-se, frequentemente, de uma “leve aversão, uma estranheza e repulsas mútuas”. Ao menor contato, conforme Simmel, esta repulsa se converte rapidamente em conflito.

Citando exatamente esse argumento desenvolvido por Simmel, Wirth (2001, p. 53), em *Urbanismo como modo de vida*, fala da predominância, nas cidades, de contatos sociais secundários – marcados pela impessoalidade – sobre os primários – baseados na pessoalidade (ou nos termos de Sennet, intimidade). Isso quer dizer que nas cidades modernas os indivíduos são, notadamente, mais interdependentes entre

si, por outro lado, eles se relacionam através de “papéis altamente segmentados” – ou seja, para Wirth, a relações citadinas não de dão de personalidade para personalidade, mas de papel social para papel social. Seguindo o argumento simmeliano, Wirth argumenta que “a reserva, a indiferença e a postura fastidiosa [chamada por Simmel de blasé] que os habitantes urbanos manifestam nas suas relações podem considerar-se como artifícios que os imunizam contra as exigências e as expectativas pessoais dos outros”

A vida nas grandes cidades modernas configura-se, desse modo, em um estado latente de luta e de aversão entre as pessoas. É essa aversão ao outro, disfarçada em reserva, que garante ao indivíduo – juntamente com a expansão demográfica e territorial, o anonimato e a transitoriedade das relações – um nível de liberdade individual sem paralelo, que é marca característica do meio urbano (SIMMEL, 2005; WIRTH, 2001). Liberdade, aqui, no sentido de que o indivíduo escapa às limitações e aos preconceitos típicos das pequenas localidades. Assim, confinados no mesmo espaço e nele inevitavelmente próximos, os indivíduos da cidade estão fadados à “distância espiritual” (SIMMEL, 2005, p.583-85).

Aqui já fica claro uma incompatibilidade entre os autores: um vê o crescimento da ordem individual de modo a pôr em cheque o domínio vida pública, os outros veem na proliferação dos contatos sociais uma ameaça a vida íntima, ameaça da qual o indivíduo se protege mantendo uma postura de indiferença à vida social. Há de se notar, também, que, diferente de Sennet, Simmel (2005, p. 583) não entende esse fenômeno como sinal de desagregação social. Diz ele que “o que aparece aqui imediatamente como dissociação é na verdade apenas uma (...) [das] formas elementares de socialização” da vida na cidade moderna. Também Wirth não pinta o quadro do modo de vida urbano com as tintas do declínio.

Poder-se-ia objetar, com razão, que os autores não falam de cidades no mesmo contexto histórico. Simmel escreve em 1903, virada no século XX; Wirth em 1938, no final do período Entreguerras; Sennet publica 1976, durante a Guerra Fria e a terceira revolução industrial. Assim, seus respectivos objetos empíricos explicariam as diferenças de suas conclusões. Contudo, a meu ver, mais do que uma cidade em particular, os autores aqui em tela analisam a vida urbana na modernidade. O próprio Sennet, aliás, identifica a origem da cultura intimista, como vimos, em processos iniciados após a queda do Ancien Régime. Há, isto sim, uma divergência clara entre

os autores quanto a esse aspecto da modernidade. A erosão do caráter público não é, creio, um consenso na sociologia urbana, uma vez que já na sociologia urbana clássica podemos encontrar quem defenda o contrário.

3. DO ESPAÇO URBANO AO ESPAÇO PÚBLICO: PLURALIDADE E DESENTENDIMENTO

O espaço urbano na contemporaneidade é um espaço fragmentado. Essa condição, que discutiremos nesta seção, não implica, necessariamente na impossibilidade da formação de um espaço público. Talvez, hoje, ela seja uma das condições que tornam possível falar de espaços públicos na cidade contemporânea. Para isso, seguiremos as sugestões de Leite (2009) no sentido de ajustar o debate sobre o espaço público a um novo léxico.

Antes disso, é importante ter em mente que o público para Sennet, como vimos, implica a pluralidade, no sentido de permitir o encontro com a diferença, e algum nível mínimo de entendimento – na forma de um acordo prévio – de modo a permitir que a convivência mais ou menos pacífica (ou civilizada, nos termos de Sennet) dessas diferenças. Defenderemos, aqui, que, se o espaço urbano demanda, para lograr o adjetivo público, a pluralidade, ele não demanda, como mostra Leite (2007; 2008; 2009), nem a convivência nem o entendimento. Ao contrário, preferiremos falar aqui de coexistência e conflito.

Para entender como isso se dá, é preciso entender em que sentido se fala de um espaço urbano fragmentado. Em primeiro lugar, me refiro ao espaço urbano como a mera configuração espacial da cidade e suas demarcações físicas que são, em si mesmas, desprovidas de significados para os atores e suas ações sociais. Neste sentido, o espaço é simplesmente a propriedade pública, que “pertence” a todos os cidadãos e é administrada pelo Estado (LEITE, 2007, 2008). Assim entendido, o espaço urbano é apenas o espaço comum da cidade através do qual “os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se” (ARANTES, 2001: 259-60).

Conforme Arantes (1997: 260), nesse processo cotidiano de se movimentar e se apropriar dos espaços comuns da cidade, os indivíduos demarcam fronteiras que “separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as

categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações”. Nesse processo de apropriação do espaço urbano e demarcação de fronteiras, constroem-se os lugares. Lugares são, de acordo com Leite (2008: 41), “uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço [urbano], cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos convergentes, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente”. Não se deve, portanto, confundir o lugar, enquanto categoria social, “com [os] ‘pontos’ isolados de significação no espaço urbano” (LEITE, 2007).

Ao se apropriarem do espaço urbano e produzirem lugares, os atores sociais o fazem de maneiras muito diversas. Nesse sentido, concordo com a afirmação de Arantes (2001: 260) de que os lugares “não estão simplesmente justapostos (...) como se formassem um grande mosaico”. Diferentes atores e grupos de atores se apropriam de maneiras distintas da cidade, o que, conseqüentemente, leva a formação de lugares igualmente distintos. Esses lugares se sobrepõem e se interpenetram; disputam o mesmo espaço ou nele se alternam; os lugares, na feliz expressão de Arantes, estão em guerra.

Não foi somente Arantes quem se atentou para esse estado de fragmentação, a geógrafa Dorey Massey (2000: 178) também diagnostica a “fragmentação geográfica” e a “ruptura espacial” de nossa época. A autora entende o espaço urbano como um entrecruzamento de redes de fluxos e de relações sociais cujos os pontos de articulação se configuram em lugares. É nesse sentido que se fala de um espaço urbano fragmentado: não uno, mas múltiplo e entrecortado – seja como uma guerra entre lugares sobrepostos e cambiantes (ARANTES, 2001); seja como múltipla “rede de relações e entendimentos sociais” (MASSEY, 2000: 184). Também Sennet (1988) compreende o espaço público a partir de seu fracionamento. Situação que, para ele, inviabiliza a formação de uma vida pública, uma vez que reflete a “tirania da intimidade” e leva a formação de “comunidades destrutivas” fechadas a diferenças.

Como é possível, então, que nesse quadro de desagregação, se fale em espaço público? Quanto a isso, estou de acordo com Leite (2009: 197) quanto a necessidade de se reconhecer, antes de qualquer coisa, que “aquele espaço público definido pela modernidade como um espaço cívico de encontro dos iguais – este sim – está morto”. Mas isso não implica, conforme o autor, o fim de todas as possibilidades públicas de encontro com o outro. Implica, isto sim, uma alteração nas “configurações

disso que ainda podemos chamar de espaço público”, o que exige “uma adequação conceitual e léxica” que permita a investigação acerca desses espaços.

Tal adequação consiste, como propõe Leite (2007; 2008; 2009), em pensar o espaço público não mais em termo de consenso, mas de encontro com a diferença e conflito. Nesse sentido, um espaço urbano torna-se público quando permite, por um lado, a coexistência de diferentes apropriações do espaço da cidade e a pluralidade de lugares. Por outro, ele deve possibilitar a interação da diferença mediante uma comunicabilidade política do desentendimento (Leite, 2007: 214).

Assim, entendo que o espaço urbano contemporâneo e seu caráter fragmentado não significa a morte do espaço público. Hoje, é isso, justamente, que permite a existência de uma pluralidade de lugares apropriações do espaço, possibilitando algum nível coexistência, ainda que conflitual.

Resta saber como essa coexistência dos no espaço urbano se converte em espaço público.

Se, como vimos, os lugares precisam, internamente, de um grau de convergência de sentido. Por outro, eles precisam ter reconhecidas, externamente, suas diferenças através do encontro com o outro. “As identidades”, que se manifestam através dos lugares, “precisam externar e afirmar publicamente e igualmente suas diferenças” (LEITE, 2009: 200).

Desse modo, o encontro com o outro – necessário para qualificar um espaço como público – ocorre não no interior dos lugares, mas no que Arantes (2001: 260) chama de espaços liminares. Isto é, nas palavras de Arantes, nas “zonas simbólicas de transição” entre os lugares, marcadas pela “ambivalência” e pelo entrecruzamento de “moralidades contraditórias”. Na medida em que as liminaridades, ou entre-lugares (LEITE 2009: 199), são “locais de visibilidade, de disputas simbólicas, práticas de consumo e da busca do reconhecimento público da diferença”, elas qualificam e configuram o espaço urbano como “espaço público intersticial”. As interações nesses espaços não são pacíficas nem resultam em consenso. Ao contrário, “resulta de uma espécie de desentendimento entre os sentidos construídos pelos lugares”, através uma comunicabilidade política do desentendimento:

Nestes espaços intervalares, muitas vezes marcados pela efemeridade, a negociação sócioespacial é fundamental, a violência é latente, o conflito é inevitável: mas neles estão possibilidades concretas da experimentação do imprevisível. São

neles que corre a vida cotidiana e nele ainda persiste a rica possibilidade do encontro com o estranho na experiência urbana contemporânea (LEITE, 2009: 200)

É sob essas condições, então, que é podemos falar do caráter público do espaço urbano. Não o espaço público desejável. Mas, o possível.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antônio (2001). A guerra dos lugares: fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano de São Paulo. In: Fortuna, Carlos (org.). **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras: Celta ed. p. 259-270.

LEITE, Rogério Proença (2007). **Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Ed. UNICAMP; São Cristovão: Ed. UFS.

_____, (2008). Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 83, p. 35-54.

_____, (2009). Espaços públicos na pós-modernidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. **Plural de cidade: novos léxicos e culturas urbanas**. Lisboa: CES, Almeida. p. 187-204.

MASSEY, Doreen. (2000). Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus.

SENNET, Richard (1988). **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras.

SIMMEL, Georg (2005). As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, 11(2): 577-591. [Trad. Leopoldo Weizbort]

WIRTH, Louis (2001). O urbanismo como modo de vida. In: Fortuna, Carlos (org.). **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras: Celta ed. p. 45-66.